RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2019

ITTC
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

ÍNDICE

3 Sobre nós

4 Parcerias de trabalho

5 Comunicação

10 Programa Justiça Sem Muros

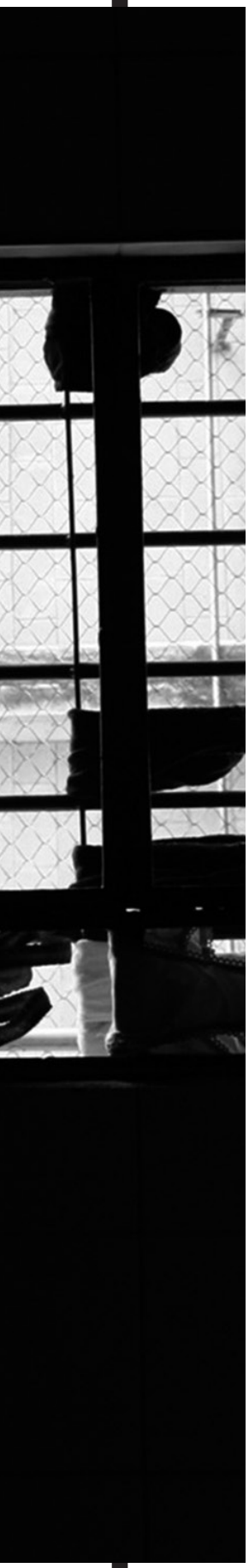
14 Programa Direitos e Gênero

Projeto Gênero e Drogas_ 15

Projeto Estrangeiras_ 17

Projeto Mulheres Migrantes_ 22

Banco de Dados_ 25



SOBRE NÓS

O Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) é uma organização de Direitos Humanos sediada em São Paulo que há mais de 20 anos atua na esfera da justiça criminal, visando erradicar as desigualdades de gênero, garantir direitos e combater o encarceramento. O ITTC se organiza por meio de dois programas: “Justiça Sem Muros” e “Direitos e Gênero”, que juntos compõem a sua missão ao promover o acesso à justiça, garantir os direitos das pessoas presas e produzir conhecimento. Para atingir esses objetivos, o Instituto atua nos seguintes eixos de ação: atendimento direto, diálogo público (advocacy e comunicação) e educação para a cidadania. O Instituto possui título de utilidade pública municipal e estadual; certificado de isenção do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação); inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social como organização que realiza defesa, garantia de direitos e assessoria; e certificado de reconhecimento de entidade promotora de Direitos Humanos, emitido pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

NOSSA HISTÓRIA

Desde a fundação do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, em 1997, a organização se dedica à garantia dos direitos humanos e tornou-se uma referência sobre sistema de justiça criminal e, principalmente, sobre encarceramento feminino. Sempre atento à realidade do cárcere, o ITTC prioriza projetos e intervenções dentro das unidades prisionais e em contato direto com as pessoas privadas de liberdade, contribuindo para a promoção de políticas públicas garantidoras de direitos. Já nas primeiras ações do Instituto o recorte de gênero se mostrou significativo, uma questão que precisava, e ainda precisa, de atenção. As demandas das mulheres em conflito com a lei, em especial as estrangeiras, revelaram a urgência e a necessidade de promover políticas públicas voltadas a elas. Por essa razão, as desigualdades de gênero têm sido um norte para o ITTC.

NOSSA EQUIPE

O ITTC é composto por membros e membras associados/as que se reúnem anualmente em uma assembleia geral para definir estratégias e prioridades para a organização. De três em três anos, de acordo com o estatuto, essas/es membras/os elegem uma Diretoria e um Conselho Fiscal para supervisionar atividades e cumprir os objetivos institucionais.

Em 2019 ocorreu a assembleia geral e uma nova diretoria foi conduzida, com propostas de garantir uma gestão democrática e ampliada, com uma perspectiva de mudança no que se refere à reestruturação da gestão, com vistas à sustentabilidade e renovação da organização. Foram retomadas as

diretrizes do ITTC e definidas prioridades já estabelecidas em planejamentos - como a garantia de direitos de mulheres em conflitos com a lei, com especial atenção às migrantes, a luta e o enfrentamento contra o encarceramento e contra o racismo.

A equipe do ITTC é diversificada e conta com pessoas voluntárias e profissionais contratadas na área das ciências humanas, do direito, da comunicação, do serviço social, da sociologia e das relações internacionais. Ainda prioriza e investe na presença de jovens estudantes, como estratégia e missão de oportunizar formação e vivências no campo dos direitos humanos.

PARCERIAS E REDES DE TRABALHO

Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (ASBRAD)
Associação pela Reforma Prisional (ARP)
Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CEDHEP)
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)
Conectas Direitos Humanos
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE)
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
Defensoria Pública da União (DPU)
Consulado da Tailândia
Defensoria Pública da União
Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP)
Fundo Brasil de Direitos Humanos
Fundo de Direitos Humanos dos Países Baixos
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)
Instituto das Irmãs de Santa Cruz
Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH)
Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)
Instituto Sou da Paz
International Drug Policy Consortium (IDPC)
Justiça Global
Oak Foundation
Open Society Foundations
Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado
Pastoral Carcerária
Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)
Rede Justiça Criminal (RJC)
Sigrid Rausing Trust
Washington Office on Latin America (WOLA)

COMUNICAÇÃO

A área de comunicação no ITTC começou a se consolidar em 2014. Desde então, a equipe de comunicação é responsável pelo suporte no desenvolvimento institucional, o que envolve atividades de comunicação interna e constante diálogo com as ações dos Programas do ITTC, e também a visibilidade que o Instituto tem nas redes sociais e mídias diversas.

DESTAQUES DO ANO

O ano de 2019 foi marcado no ITTC pela conclusão de pesquisas em andamento e lançamento de publicações dos projetos. No primeiro semestre, lançamos o relatório de pesquisa '*MulhereSemPrisão: Enfrentando a (in)visibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal*' e o documento '*10 recomendações para atuação junto a mulheres migrantes em conflito com a lei*'. No segundo semestre, lançamos o relatório de pesquisa '*Maternidade Sem Prisão: diagnóstico da aplicação do Marco Legal da Primeira Infância para o desencarceramento de mulheres*' e a metodologia de atendimento elaborada pelo Projeto Mulheres Migrantes, '*Caminhos da liberdade: orientações para o atendimento a mulheres migrantes em conflito com a lei*'.

Portanto, a comunicação focou parte de seus esforços no suporte à produção e revisão dos materiais de pesquisa e também materiais audiovisuais produzidos, sendo posteriormente responsável pela diagramação e/ou divulgação das publicações, além da organização e cobertura dos eventos de lançamento.

Durante o ano, a equipe também trabalhou com as integrantes do Projeto Gênero e Drogas (PGD) na elaboração de um jogo de cartas sobre as intersecções entre política de drogas, questões de gênero e justiça criminal. A elaboração do jogo surgiu como continuidade do Projeto Caravana, realizado pelo PGD em 2018 com o acompanhamento e suporte da comunicação. Nesta fase da produção do jogo, foram elaboradas, editadas e revisadas cinco histórias de mulheres cujas trajetórias são atravessadas por pelo menos uma das temáticas citadas anteriormente. Ademais, a comunicação também intermediou os contatos com a game designer responsável por direcionar a criação das histórias dentro do formato proposto, criar uma identidade visual e diagramar as cartas e o tabuleiro expositivo.

Desde 2017, o ITTC consolidou parceria com o programa do Google para organizações sem fins lucrativos. A partir disso, foi possível aumentar consideravelmente o alcance das produções do ITTC pelo uso de ferramentas de SEO e pela veiculação de anúncios via Google Ads. De janeiro a dezembro, o site institucional recebeu cerca de 5,4 mil acessos originados de anúncios do Google Ads.

Em relação ao perfil do público que acessa o site, houve um crescimento no percentual masculino, de 24.1% em 2018 para 33,1% no ano seguinte. Outra alteração significativa foi no engajamento de pessoas entre 18 e 24 anos, que caiu 7%. A faixa etária mais expressiva, como em anos anteriores, foi de pessoas de 25 a 34 anos (cerca de 43%). Um terceiro aspecto é que, apesar do maior volume de acessos em território brasileiro (cerca de 94%), o site também registrou sessões em outros 93 países.

Além do site institucional, o ITTC também é responsável pelo hotsite MulhereSemPrisão, que contém informações sobre mulheres encarceradas, parte da pesquisa de mesmo nome de 2017.

NOSSA PRESENÇA NAS MÍDIAS

SITE INSTITUCIONAL

179.138 acessos

14.928 acessos/mês
99.527 usuários
81 textos publicados

HOTSITE MULHERESEMPRISÃO

15.382 acessos

8.257 usuários

FACEBOOK

12.995 curtidas

um aumento de cerca de 6% em relação ao ano anterior

INSTAGRAM

1.513 seguidores

um aumento de cerca de 49% em relação a dezembro do ano anterior.

TWITTER

crescimento de 56%

nova estratégia de produção de conteúdos com o uso de *threads*

NEWSLETTER

+3 mil inscritos

taxa de conversão média de 22,6%

NEWSLETTER

Em média, 3 mil pessoas receberam nossos boletins mensalmente e a cada edição cerca de 339 pessoas abriram o e-mail, alcançando uma taxa de conversão média de 22,6% - ou seja, a relação do número de e-mails enviados com o número de aberturas.

Em 2019, a comunicação e a equipe do Banco de Dados sobre Mulheres Migrantes lançaram um novo Boletim temático, valendo-se da extensa base de dados originada desde 2000 através dos atendimentos do Projeto Estrangeiras. As pessoas inscritas em nossa Newsletter recebem um boletim temático, com a curadoria e análise da equipe do Banco, a respeito de temas comuns na trajetória de mulheres migrantes em conflito com a lei atendidas pelo ITTC. O material foi lançado no segundo semestre de 2019 e contou com 4 edições.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

No ano de 2019 contabilizamos 89 menções na mídia. Dentre os principais temas estão manifestações sobre decretos estaduais, como o veto à criação do mecanismo contra a tortura - pauta que o ITTC acompanha ativamente, contribuindo com a discussão e com a proposta de criação de um mecanismo estadual de combate e prevenção à tortura em São Paulo. O pacote anticrime, apresentado pelo governo federal, também ganhou destaque entre os assuntos pelos quais o ITTC foi consultado nas mídias, assim como a divulgação dos dados e conteúdos das publicações lançadas pelo Instituto.

FACEBOOK

Em dezembro de 2019, a página do Facebook do ITTC contava com 12.995 curtidas, um aumento de cerca de 6% em relação ao ano anterior.

As mudanças recorrentes nos algoritmos do Facebook têm dificultado o alcance orgânico das publicações do Instituto, ou seja, são privilegiados os conteúdos impulsionados (pagos). Por isso, as postagens do ITTC usualmente ficam mais restritas a uma parcela das pessoas que já nos acompanham nesta rede social. Em 2019 o ITTC patrocinou algumas postagens pontuais relacionadas a eventos de lançamento de pesquisas, mas essa não é uma prática constante.

Outra ferramenta de engajamento no Facebook são as lives. Ao longo de 2019, realizamos quatro transmissões ao vivo na plataforma, sendo três de eventos de lançamento de publicações do ITTC. Ao todo, somaram-se 1.200 visualizações.

TWITTER

O número de seguidores do ITTC no Twitter teve o maior crescimento percentual entre as redes sociais utilizadas pelo Instituto - cerca de 56%.

Em 2019, uma das estratégias utilizadas para atrair mais engajamento e interação em nossa conta do Twitter foi a reformulação de conteúdos publicados em nosso site para o formato de thread, amplamente utilizado na rede para propagar informações encadeadas e mais aprofundadas sobre o assunto, o que se mostrou bastante positiva.

INSTAGRAM

A conta do ITTC no Instagram, criada em junho de 2018, terminou 2019 com 1.513 seguidores, um aumento de cerca de 49% em relação a dezembro do ano anterior.

A equipe de comunicação também está em constante busca para remodelar os conteúdos e a presença do Instituto nas mídias digitais. Por isso, novas estratégias estão sendo delineadas para as redes sociais, a partir da reflexão a respeito das ferramentas de gerenciamento que tivemos acesso e que impactaram positivamente a rotina de planejamento de conteúdo. A adesão ao MLabs, plataforma de gerenciamento de redes sociais, teve especial impacto na produção de conteúdo para o Instagram, que hoje concentra maior parte das interações de nossas redes sociais. Em 2019, as publicações tiveram uma média de 200 interações (curtidas, comentários e compartilhamentos) por post, números atingidos organicamente.

YOUTUBE

O canal do ITTC no Youtube é utilizado quase que exclusivamente para a publicação de conteúdos institucionais referente aos relatórios de pesquisa. Durante o último ano, o nosso canal no Youtube teve 7.396 visualizações e uma oscilação positiva de 123 inscritos, totalizando 756.

Em 2019 foram lançados vídeos produzidos para divulgação das duas pesquisas lançadas pelo Programa Justiça Sem Muros. Ambos os materiais envolviam o desenvolvimento de um vídeo-animação sobre os resultados da pesquisa. O primeiro contou com 364 visualizações entre maio e dezembro, e o segundo, dividido em três partes temáticas, teve 171 visualizações entre setembro e dezembro.

PROGRAMA
JUSTIÇA SEM MUROS

O programa visa promover a incidência política e a disseminação de conhecimentos adquiridos, pela experiência prática e pela produção de pesquisas nos mais de 20 anos de atuação do ITTC, sobre mulheres submetidas à justiça criminal.

A atuação do projeto por meio de incidência política e litigância estratégica tem como objetivo principal impulsionar medidas desencarceradoras para mulheres em contato com a justiça criminal, bem como barrar iniciativas punitivistas e retrocedentes. As equipes do programa acompanham e participam de redes e articulações com a sociedade civil para mobilização de mudanças institucionais no sistema de justiça. O uso da comunicação como instrumento para a divulgação de informações a respeito do sistema prisional possibilita o diálogo público e contribui para qualificação do debate e fomento ao combate às violações de direitos e às desigualdades étnico-raciais e sociais, elementos constituintes da história social e política do Brasil.

PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO

No ano de 2019 foram produzidas e publicadas duas pesquisas. O relatório **MulhereSemPrisão: enfrentando a (in)visibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal** que trouxe contribuições e recomendações para o aperfeiçoamento das audiências de custódia. Os dados trazidos nessa pesquisa permitem a apreciação de dois momentos de processos de criminalização das mulheres: o primeiro, a partir do filtro advindo da atuação policial mediante a realização de prisões em flagrante; e o segundo, que se inicia no contato com o Poder Judiciário. O segundo relatório, **Maternidade Sem Prisão: diagnóstico da aplicação do Marco Legal da Primeira Infância para o desencarceramento de mulheres**, é uma pesquisa inovadora, que analisa a aplicação da lei 13.257 de 2016, e tem como principal foco compreender melhor o que fundamenta as práticas, abordagens e decisões daqueles que movem o sistema de justiça criminal, a partir de uma perspectiva de gênero, o que permitiu o estudo sobre políticas públicas que afetam mulheres mães e gestantes encarceradas.

As equipes apoiam a direção do ITTC na elaboração de novos projetos para alcance de recursos e financiamento. Um dos projetos organizados foi o projeto piloto da Agenda Municipal para a Justiça Criminal, com colaboração e articulação entre equipes de outros projetos institucionais com conhecimento e prática em temáticas sobre gênero, políticas de drogas e migração.

A atuação e o acúmulo de conhecimento nas temáticas de gênero, em especial mulheres em conflito com a lei, permitiu a realização de consultoria para projetos de organizações da sociedade civil que buscam atender e trabalhar com o tema de mulheres, mães e gestantes.

As equipes do Programa participaram de diversas atividades relacionadas à disseminação do conhecimento como:

- Participação em podcasts sobre encarceramento feminino, em colaboração com os programas Justificando, Chutando a Escada e a Plataforma Brasil de Direitos Humanos.
- Lançamento e publicação das pesquisas descritas anteriormente, assim como produção e publicação dos resumos executivos das duas pesquisas: **MulhereSemPrisão: enfrentando a (in)visibilidade das mulheres submetidas a justiça criminal** e **MaternidadeSemPrisão: aplicação do Marco Legal da Primeira Infância.**
- Produção de vídeos sobre os resultados das pesquisas e conteúdos para divulgação em plataformas de comunicação, assim como, entrevistas para a mídia e para estudantes visitantes e realização de rodas de conversa sobre os relatórios com convidados externos e membros do ITTC.

- Produção e publicação de textos para o blog institucional e mídias externas, bem como redação de artigo apresentado no VI Encontro Nacional de Antropologia do Direito - ENADIR baseado nos resultados da pesquisa sobre MaternidadeSemPrisão.
- Participação em atividades de mobilização social, como Dia Internacional da Mulher em 8 de março, realizando panfletagem sobre encarceramento feminino.

INCIDÊNCIA POLÍTICA E DIÁLOGO PÚBLICO

O Programa Justiça sem Muros atua por meio de redes de articulação política com intuito de garantir direitos e acesso à informação, como incidência política relacionada às "16 medidas contra o encarceramento em massa", ou ainda, estabelecimento de contato e diálogo com o Consulado da Alemanha.

As equipes acompanham e realizam mapeamento de projetos de lei, de atividades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, de debates públicos exibidos na mídia e participam da Agenda Política no Congresso Nacional em Brasília, em parceria com a RJC, sobre as temáticas de interesse do Instituto - como sistema prisional e questões de gênero, entre outros.

A equipe participou em diversos espaços, como Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos; Frente Parlamentar em Defesa da Mulher; Frente Estadual pelo Desencarceramento; "GT de Mulheres da Pastoral"; "GT Sistema Prisional com Suplicy"; "GT penal e processual penal" da Câmara dos Deputados; plataforma "Brasil de Direitos" do Fundo Brasil de Direitos Humanos - FBDH; lançamento do Projeto Aliança, no Instituto Sou da Paz; I Conferência Nacional de Advocacy e de oficinas de formação de eventos em universidades.

Ao longo do ano a equipe desenvolveu ações contra o projeto de lei conhecido como *Pacote Anticrime* do Ministro Sérgio Moro, representante do Ministério da Justiça; ajudando a organizar e mobilizar em âmbito nacional e estadual a campanha "Projeto anticrime: uma solução fake". Outras ações de mobilização exigiram a participação das equipes, como o acompanhamento da Frente Parlamentar Contra a Privatização dos Presídios, na Assembleia Legislativa Estadual de São Paulo, o acompanhamento e a organização da campanha contra a Revista Vexatória, e a participação em audiência pública sobre a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP).

O programa Justiça Sem Muros continuou acompanhando e participando da construção da *Agenda Nacional pelo Desencarceramento* e estabelecendo articulações com movimentos, grupos, coletivos, associações e organizações da sociedade civil do território paulista para fortalecimento da mobilização no combate às violações de direitos do sistema prisional e de justiça. Participou, inclusive, da construção de uma rede de sistematização de dados sobre denúncias de violações a direitos no sistema prisional.

Com relação a **Agenda Municipal para a Justiça Criminal**, foi dada continuidade às negociações com as legislaturas acerca estratégias de tramitação e aprovação do projeto de Lei nº 537/2017. Foi um movimento que surgiu a partir desta Agenda e que oportunizou um Projeto Piloto em forma de Emenda Parlamentar, para fomentar o PL desta Agenda e agregar força na votação. Essas ações se desdobraram em debates no Conselho Nacional de Justiça a respeito de eventuais adaptações no texto da proposta e articulações com grupos de advocacia para a confecção de um parecer técnico para substanciar o projeto.

As equipes realizam muitas outras atividades e dentre elas destacamos o acompanhamento da *Rede de Justiça Criminal*, composta pelo ITTC e por organizações da sociedade civil que atuam no âmbito da justiça criminal. Abaixo alguns momentos importantes da RJC, com a presença das equipes do Programa Justiça sem Muros:

- Oficina sobre Incidência Política;
- Composição da mesa "Racismo Institucional e Gênero na justiça criminal: HC Coletivo 143.641".;
- Contribuições em encontros do grupo de trabalho de advocacy;
- Organização e contribuições no grupo de trabalho voltado ao combate ao racismo estrutural e institucional brasileiro; realizando formação com o Instituto Amma Psiqué e Negritude - organização não governamental cuja atuação é pautada pelo enfrentamento do Racismo, da Discriminação e do Preconceito;
- Participação em mobilização para entrega de Ofício à senadora mandata Simone Tebet, com intuito de estabelecer uma subcomissão exclusiva na *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania* do Senado, para discussão do projeto de Lei nº 1.864/2019, integrante do "Pacote Anticrime", bem como a solicitação de uma audiência pública sobre os impactos do Pacote no encarceramento de mulheres.

PROGRAMA DIREITOS E GÊNERO

O programa reúne quatro projetos interdependentes: Projeto Estrangeiras, Projeto Migrantes Egressas, Banco de Dados e Projeto Gênero e Drogas. Os três últimos projetos citados tiveram seu surgimento a partir das necessidades e conhecimentos adquiridos durante as ações do Projeto Estrangeiras, criado em 2001. Esse foi o primeiro projeto organizado no Instituto e que conduziu diversas escolhas, como a do público-alvo, a metodologia de trabalho e permitiu experienciar situações específicas das mulheres em situação de cárcere. A compreensão de diferentes vivências e necessidades levou às lutas por justiça e por garantias de direitos, com seus avanços e retrocessos, que inspiraram posteriormente a criação do Projeto Gênero e Drogas, do Projeto Migrantes Egressas e do Banco de Dados.

A perspectiva adotada em 2019 foi de aprofundar a articulação entre os projetos e relacionar os dois Programas (Justiça Sem Muros e Direitos e Gênero), para refletir e atuar de forma colaborativa e contributiva, enriquecendo as experiências e os conhecimentos.

PROJETO GÊNERO E DROGAS (PGD)

A trajetória do Projeto Gênero e Drogas (PGD) começou em 2015 com o intuito de interseccionar duas frentes de atuação no ITTC dentro do tema de encarceramento e do sistema de justiça criminal: as questões de gênero e a política de drogas, principal causa do encarceramento de mulheres no Brasil e nos países da América Latina.

O projeto possui três eixos principais de atividades, sendo o primeiro deles o levantamento de informações, legislações, políticas públicas e boas práticas nacionais e internacionais relacionadas ao encarceramento feminino e às políticas de drogas.

O segundo eixo visa desenvolver materiais de comunicação sobre a necessidade de redução do encarceramento de mulheres e da revisão de paradigmas de políticas de drogas focadas apenas no viés punitivo.

O terceiro eixo tem como objetivo implementar estratégias de advocacy que incidam sobre a revisão da política de drogas adotada pelo Brasil e promovam políticas públicas sociais com recorte de gênero e viés alternativo ao punitivista.

O JOGO POLÍTICA DE DROGAS É UMA QUESTÃO DE MULHERES

No ano de 2019 o PGD se debruçou no desenvolvimento de um Jogo de tabuleiro, a partir da experiência do ITTC, das trocas com outras organizações, coletivos parceiros e do Projeto Caravanas (2018), que atuam com as temáticas de gênero, políticas de drogas, migração e encarceramento. O jogo Política de Drogas é uma Questão de Mulheres é fruto da observação do cotidiano das pessoas que estão diretamente ligadas aos impactos da política de drogas. O objetivo desse jogo foi criar um material lúdico e dinâmico para fomentar espaços de reflexão e servir de instrumento na formação e sensibilização de profissionais e gestoras/es de políticas públicas, de organizações da sociedade civil e de pessoas que desejam se aprofundar nos diferentes temas que se interligam com a política de drogas.

O Projeto Caravanas realizou oficinas presenciais em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador e, além disso, foram feitas pesquisas sobre os equipamentos públicos e o funcionamento destes, nos quais foram verificadas boas práticas. Por meio desses esforços e de trabalho colaborativo, cinco personagens com diferentes histórias surgiram e expressam muitas vidas reais. Esse caminho contou com a participação de todas as equipes do ITTC, parceiros, direção e as mulheres atendidas no Instituto.

No ano de 2020, o Jogo será publicado e distribuído para os parceiros e participantes do Projeto Caravanas de 2018.

ATUAÇÃO EM REDE

O projeto participa e acompanha a Plataforma Brasileira de Política de Drogas e atua no GT Violência e Encarceramento. Acompanha também o Fórum de Drogas e Direitos Humanos da Zona Norte e o Fórum pela Defesa da Vida.

Destacamos, ainda, a participação do PGD nos seguintes eventos/encontros de redes internacionais:

a) Encontro "*Mujeres Libertarias fundiendo Rejas*", em julho de 2019, em Bogotá (Colômbia), organizado pela Corporación Humanas da Colômbia e a WOLA, sendo o 1º Encontro de Mulheres que passaram pelo sistema prisional das Américas, com a presença de mulheres de 8 países (Chile, Argentina, Brasil, Equador, Colômbia, El Salvador, México e EUA) e algumas organizações da sociedade civil destes países. O objetivo do encontro foi o de proporcionar a troca de experiências e construção de uma rede de atuação no âmbito do sistema prisional das Américas.

b) Encontro "*Free Her Conference*", em outubro de 2019, organizado pelo Conselho Nacional para mulheres e meninas encarceradas e egressas em Montgomery (Alabama), a convite de Andrea James (Presidente Executiva do Conselho Nacional) e da WOLA. O ITTC participou de uma mesa de abertura e de uma oficina com o intuito de compartilhar experiências de outros países da América com as mais de 500 mulheres do Conselho e instigar a participação mais ativa das integrantes em ações, com o mesmo objetivo de desencarcerar mulheres.

c) Conferência do *International Drug Policy Consortium* (IDPC), em novembro de 2019 na cidade de St. Louis (Missouri), espaço em que se encontraram pessoas de mais de 300 entidades ao redor do mundo, com o intuito de debater a descriminalização e legalização de drogas, além de outros temas correlatos.

PROJETO ESTRANGEIRAS (PE)

O PE é um projeto permanente do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania que, desde 2001, busca acompanhar social e juridicamente mulheres migrantes envolvidas com o sistema de justiça criminal. Sob a égide de um Protocolo de Intenções firmado entre o Instituto e a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) do Estado de São Paulo, vigente até agosto de 2019, o Projeto prestou atendimento processual, social e acompanhamento de saúde às mulheres migrantes em situação de cárcere.

O trabalho, sempre esteve ancorado no atendimento direto e na relação estabelecida entre as profissionais do Instituto e as mulheres encarceradas, buscando a partir da escuta e do respeito atender às questões reais por meio de soluções concretas e justas para os problemas experienciados pelas mulheres atendidas. O atendimento direto é apoiado por ações de educação em direitos e de diálogo público, além de que o Projeto facilita o contato com familiares, redes de apoio, representações diplomáticas e outros atores com o objetivo de ampliar o seu acesso à justiça. Desde 2014, o Projeto vem sendo financiado pelo Instituto das Irmãs de Santa Cruz e apoiado, até novembro de 2019, pelo Termo de Cooperação junto à Defensoria Pública da União em São Paulo.

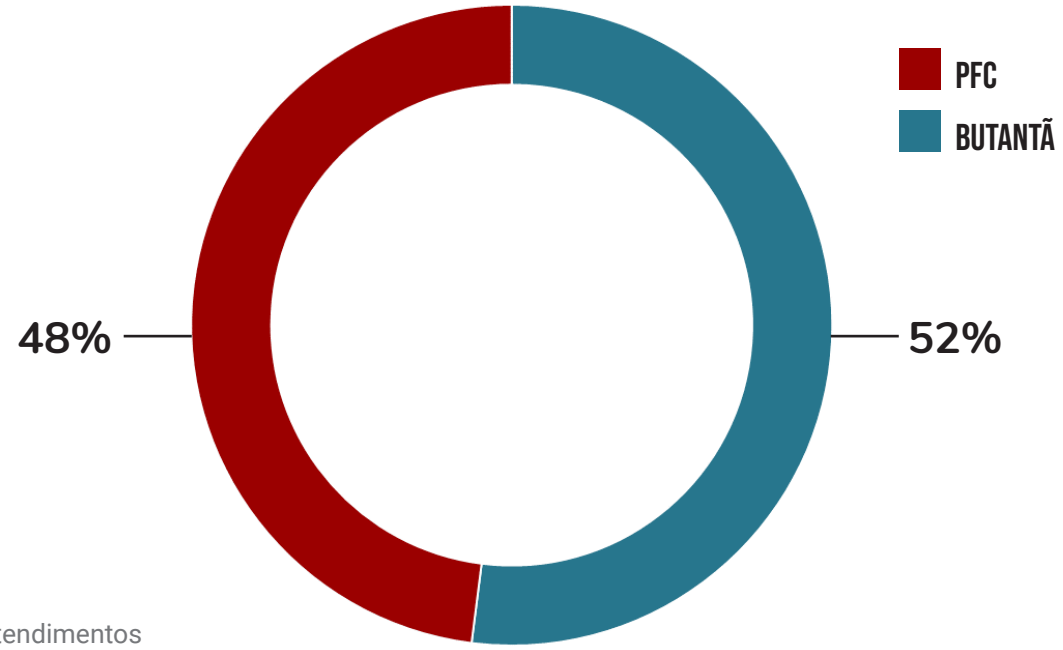
O rompimento do protocolo com a SAP tem exigido da equipe e da direção do ITTC o reordenamento das ações das equipes. Há muito havia interesse de maior articulação entre a equipe do Projeto Estrangeiras e o novo Projeto Migrantes Egressas. Portanto, em 2019 se iniciou a fusão e articulação de ambos os projetos, reforçando as ações de atenção às mulheres migrantes em conflito com a lei e criando novas estratégias de atuação - com destaque ao atendimento às mulheres dentro do cárcere por meio de correspondências.

As cartas destinadas aos familiares continuam sendo enviadas via e-mail, Facebook e WhatsApp e as respectivas respostas são impressas e enviadas às mulheres em privação de liberdade. Em relação às cartas que apresentam demandas processuais, a equipe do Projeto continua acompanhando e monitorando os processos das mulheres migrantes, bem como informando e colaborando com a Defensoria Pública da União, que tem entrada nas penitenciárias e mantém a parceria com o ITTC.

ATENDIMENTOS NO SISTEMA PRISIONAL

Em 2019 o projeto Estrangeiras realizou 734 atendimentos junto a 228 mulheres migrantes dentro de unidades prisionais, sendo aproximadamente metade na Penitenciária Feminina da Capital (PFC) e a outra metade no Centro de Progressão Penitenciária do Butantã.

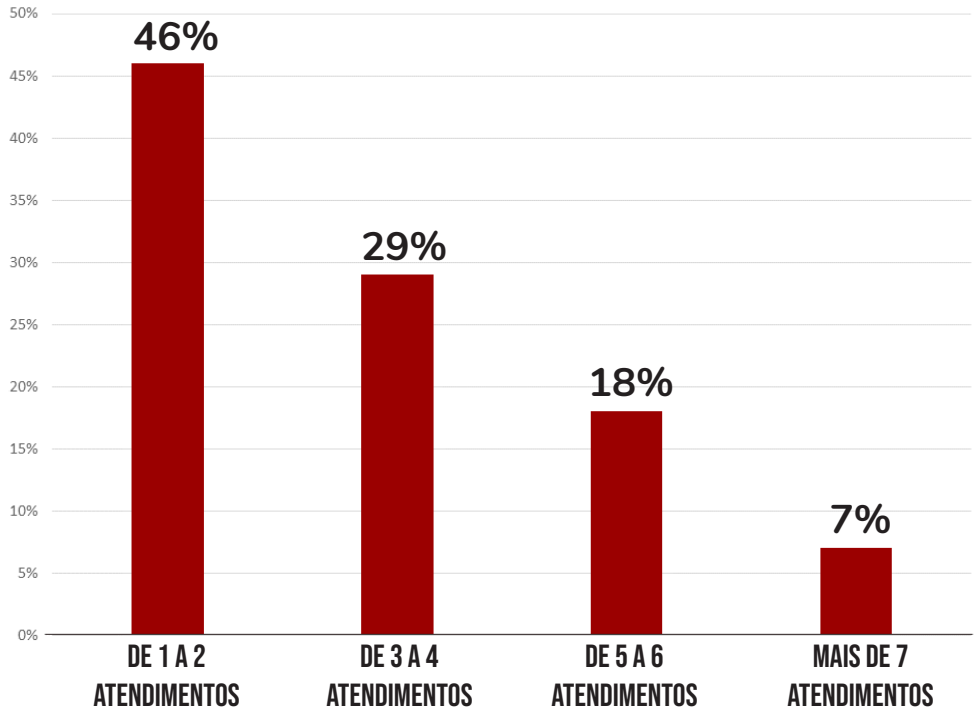
ATENDIMENTOS POR UNIDADE (2019)



Base: 734 atendimentos

Quase metade das mulheres migrantes atendidas em 2019 receberam entre 1 e 52 atendimentos, 29% receberam de 3 a 4 atendimentos. A média foi de 3 atendimentos por mulher.

QUANTIDADES DE ATENDIMENTOS POR MULHERES (2019)

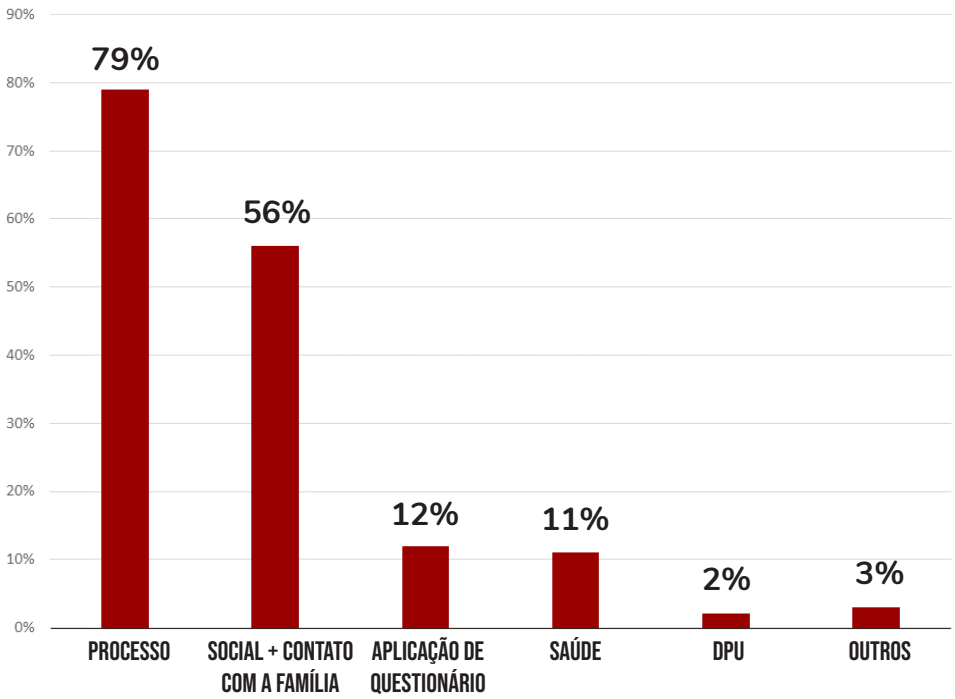


Base: 228 atendimentos

Um único atendimento pode englobar atividades relativas ao processo, contato com familiares ou consulados e embaixadas, aplicação de questionário, demandas em relação à saúde e ao atendimento prestado pela Defensoria Pública da União (DPU), repasse de informações processuais junto aos defensores, entre outras situações de interesse das mulheres.

Dos 734 atendimentos realizados, 79% trataram dos processos, o que consiste em prestar informações acerca dos andamentos e sanar eventuais dúvidas das mulheres migrantes, tais como remição por trabalho ou estudo, cálculos de pena, saídas temporárias, dentre outras. Outra questão recorrente nos atendimentos é o contato com a família e instituições como consulados e embaixadas, a fim de garantir às mulheres a manutenção dos vínculos familiares, bem como o acesso à assistência consular.

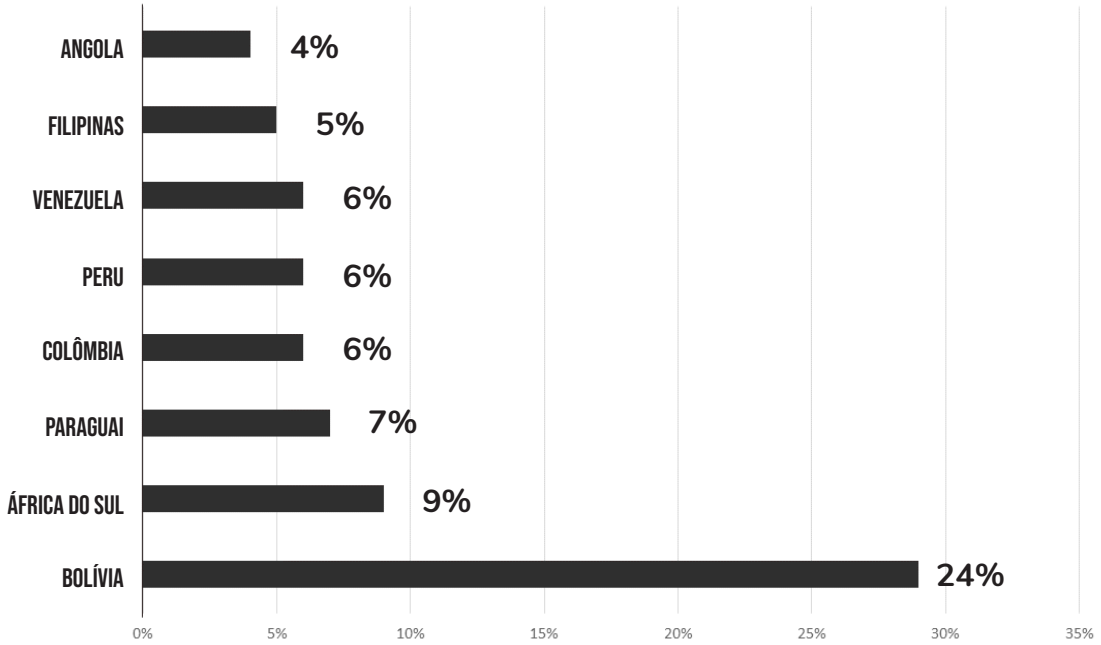
TIPOS DE ATENDIMENTOS POR DEMANDA



Base: 734 atendimentos

A maioria das mulheres atendidas em 2019, assim como nos anos anteriores, é da América do Sul, especialmente da Bolívia. Em segundo lugar aparecem mulheres sul-africanas, representando 9% das mulheres atendidas. Vale destacar que nos anos recentes houve um aumento de mulheres filipinas atendidas pelo projeto.

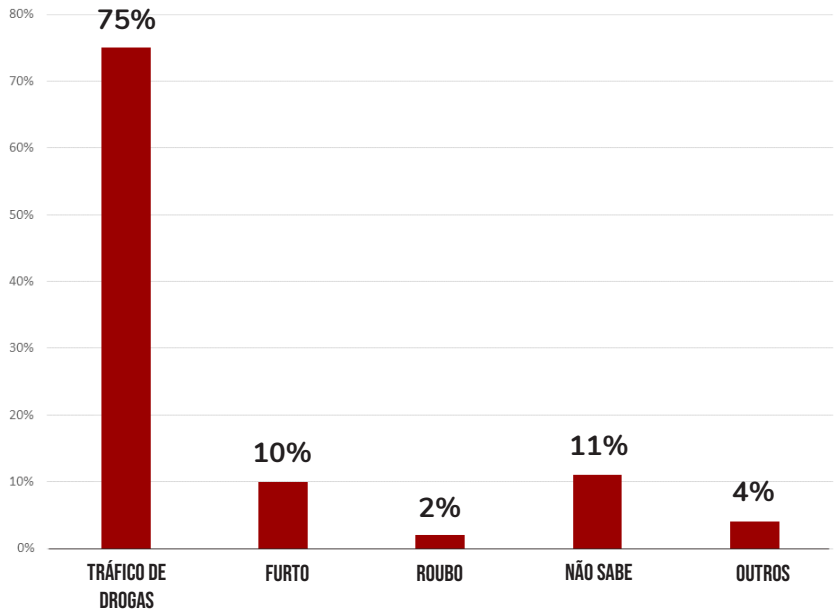
PRINCIPAIS NACIONALIDADES



Base: 217 mulheres 11 sem informação

A maioria das mulheres atendidas pelo projeto foram presas sob a acusação de tráfico de drogas, que também é a principal causa da prisão entre mulheres brasileiras. Aproximadamente 1 em cada 10 mulheres migrantes atendidas no ano de 2019 não sabia claramente a infração pela qual estava sendo acusada, o que ressalta a relevância dos atendimentos realizados pela equipe, principalmente em relação às informações processuais.

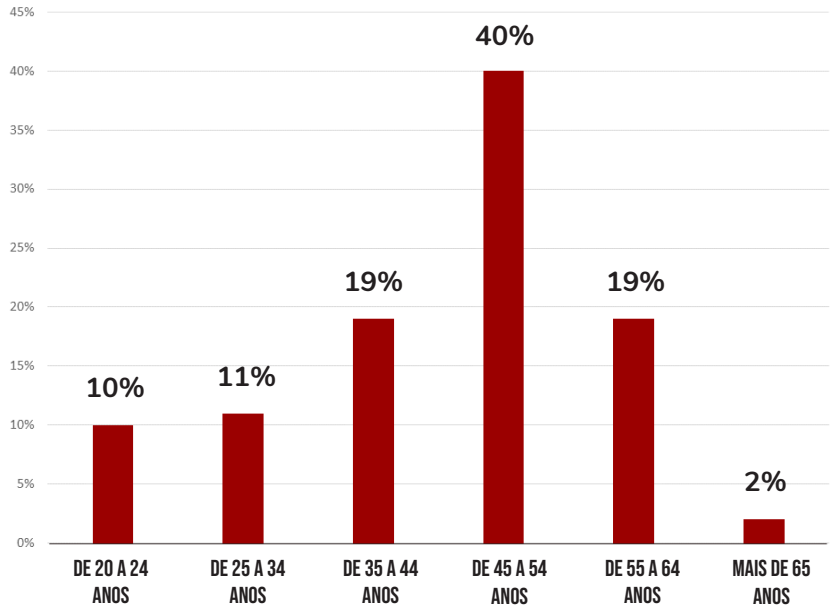
ACUSAÇÃO FORMULADA



Base: 200 mulheres, 28 sem informação

Ao longo dos quase 20 anos de atuação do projeto, foi verificado que as mulheres migrantes em conflito com a lei possuem um perfil mais maduro em relação à idade, quando comparado com as mulheres brasileiras em situação de cárcere, o que se manteve em 2019. A maioria das mulheres migrantes atendidas em 2019 se encontra na faixa entre 35 e 45 anos.

IDADE



Base: 215 mulheres, 13 sem informação

A equipe do Projeto enviou 1374 cartas de mulheres estrangeiras para seus familiares e recebeu, imprimiu e entregou para os estabelecimentos penais 695 cartas destinadas a essas mulheres. A mediação do contato com as famílias se expandiu nos últimos anos para incluir o estabelecimento de contatos e realização de atendimentos aos familiares por meio dos aplicativos como Facebook e WhatsApp, e uma vez que nem todas as famílias possuem endereço de e-mail, também são estabelecidos contatos por telefone.

PROJETO MIGRANTES EGRESSAS (PME)

O PME iniciou suas atividades em março de 2017, com o apoio do Fundo de Direitos Humanos dos Países Baixos. Foi a partir da experiência do ITTC no Projeto Estrangeiras, acumulada desde 2001 por meio do atendimento direto a mulheres migrantes em situação de cárcere, especialmente, na cidade de São Paulo, que surgiu a necessidade de acompanhar essas mulheres fora do cárcere.

Assim como o PE, o PME tem como escopo o trabalho direto com mulheres migrantes em conflito com a lei, porém na situação de cumprimento de pena em liberdade e/ou egressas do sistema prisional. As primeiras atividades foram a criação de uma metodologia de atendimento, o mapeamento de redes de atenção às mulheres e a realização de diálogo público, em diversas instâncias, desde os serviços das políticas públicas até a sociedade em geral.

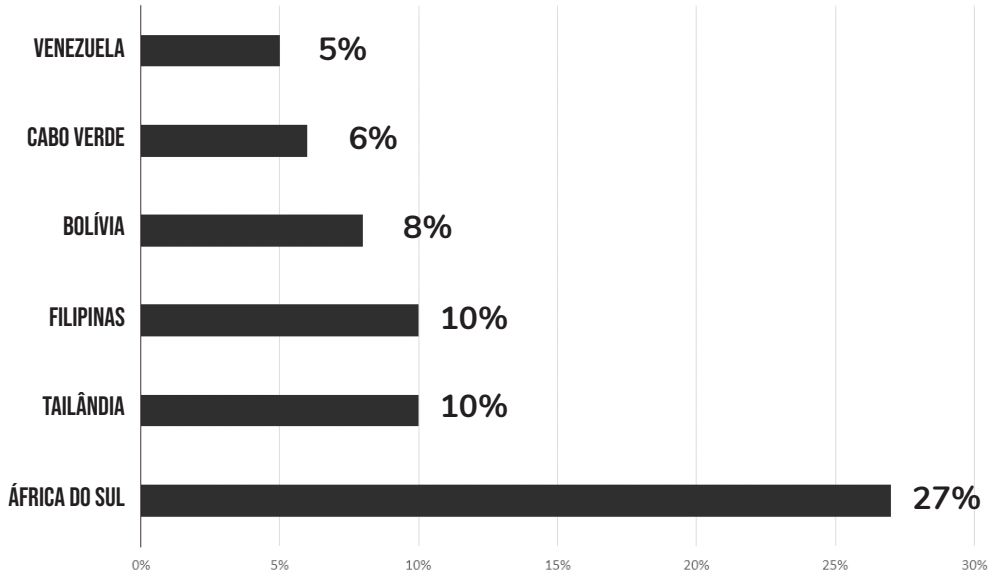
A equipe do PME atuou articulada ao PE, principalmente no esclarecimento das mulheres atendidas pelo PE, para conhecer e debater os desafios fora do cárcere, assim como esclarecer a metodologia de trabalho do ITTC e colocar à disposição de todas os serviços do Instituto, tornando-se uma referência fora da prisão.

As ações definidas na metodologia de atendimento continuam a ser aplicadas pela equipe, por meio da organização do atendimento direto, das atividades de diálogo público e do estabelecimento de novas parcerias e redes de atenção voltadas às demandas e vivências das mulheres migrantes em cumprimento de pena em liberdade e/ou egressas.

ATENDIMENTOS COM MULHERES MIGRANTES EGRESSAS

Em 2019, o PME realizou 1.160 atendimentos com 222 migrantes egressas. Totalizando uma média de 95 atendimentos mensais e o acompanhamento de aproximadamente 58 mulheres por mês.

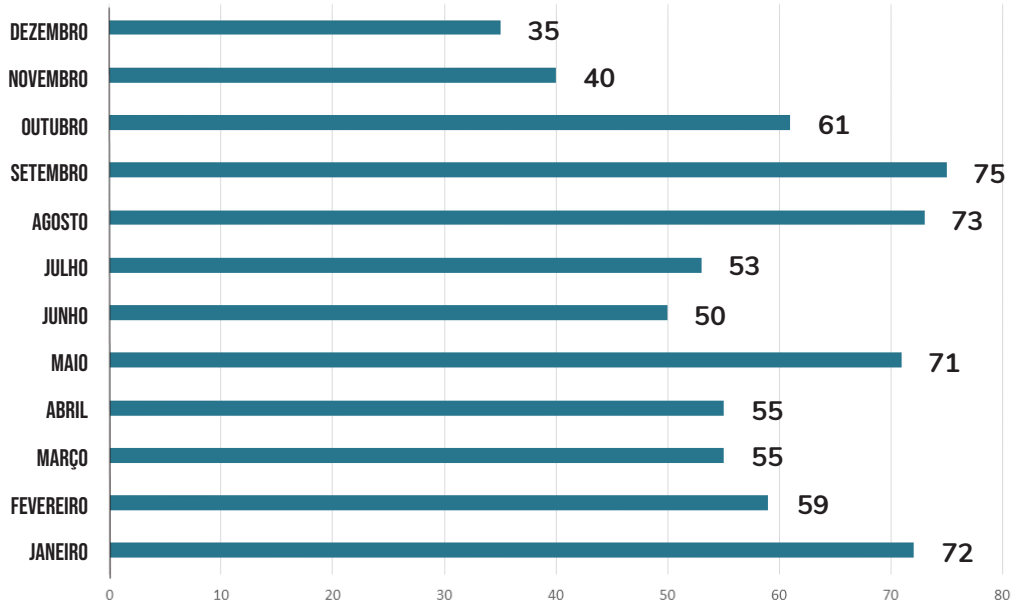
PRINCIPAIS NACIONALIDADES



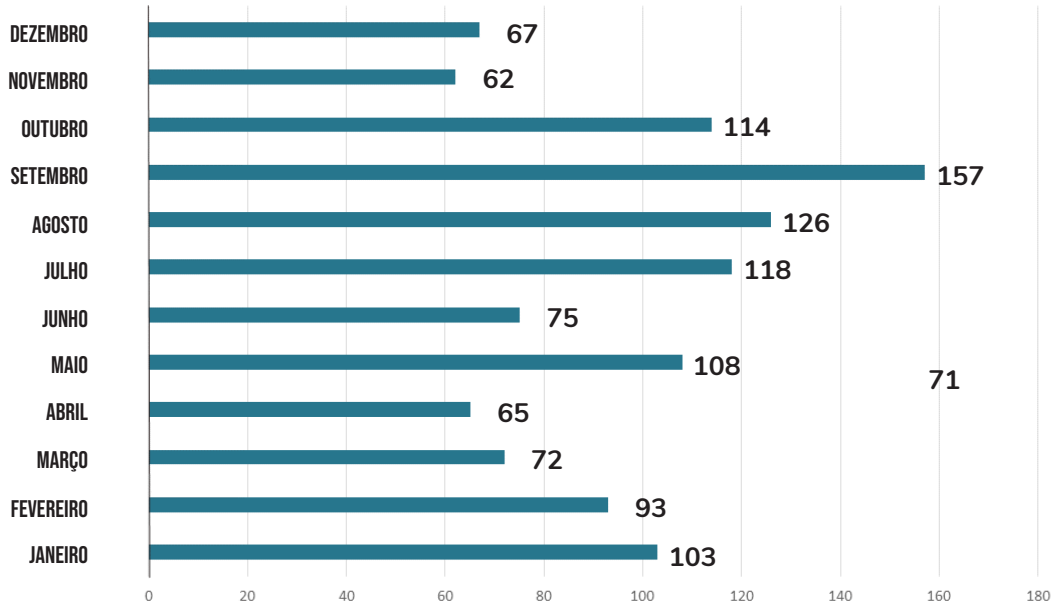
Base: 222 mulheres

Diferentemente dos atendimentos dentro da prisão, que envolvem principalmente mulheres latino-americanas, a maioria das mulheres egressas atendidas em 2019 são de países do continente africano ou asiático.

NÚMERO DE MULHERES ATENDIDAS (2019)



NÚMERO DE ATENDIMENTOS MENSAIS (2019)



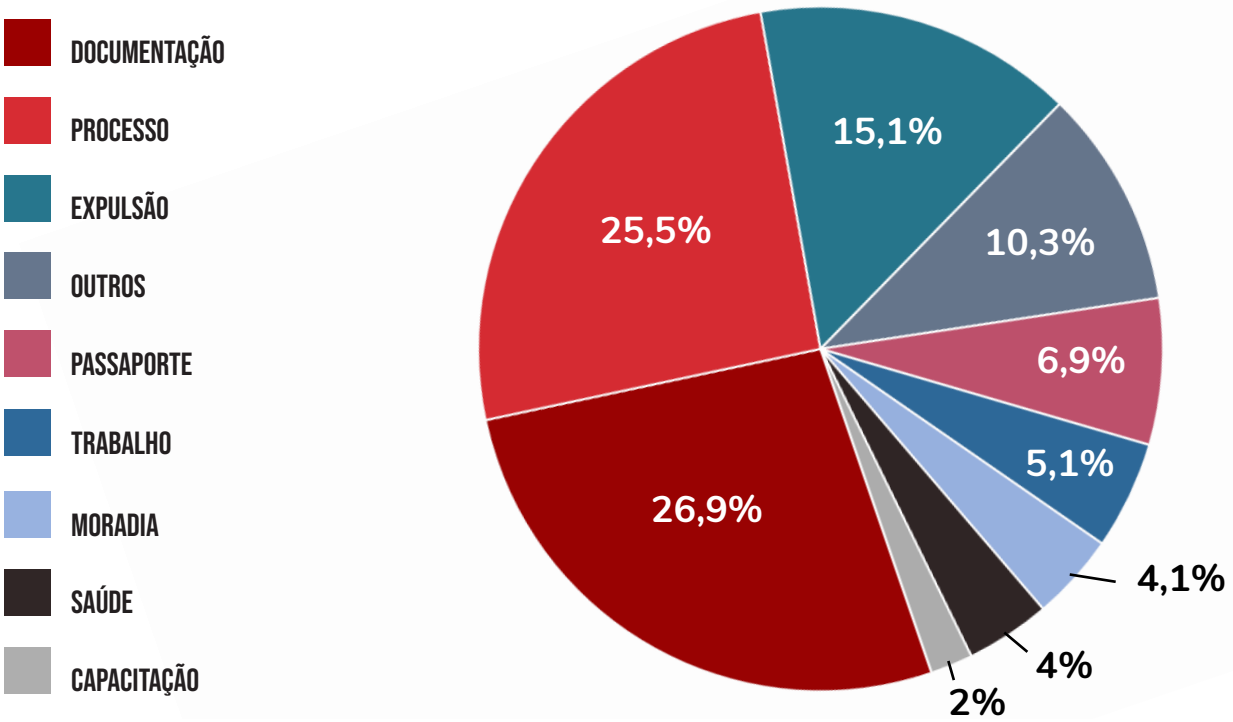
Dos 1.160 atendimentos realizados, tanto no escritório do ITTC, quanto por meio das redes sociais (Facebook e Whatsapp do ITTC) e-mail e telefone, pouco mais de um quarto trataram de questões relativas à documentação pessoal brasileira (26,9%). Trata-se da obtenção de todos os documentos necessários durante o tempo de cumprimento da pena fora dos estabelecimentos prisionais, como quando possuem filhas ou filhos nascidos no Brasil ou quando terminam o cumprimento de pena, mas ainda estão aguardando atualizações sobre seus processos de expulsão. Alguns exemplos de documentos requeridos são: protocolos de autorização de residência para pessoas migrantes em cumprimento de pena, Registro Nacional Migratório (RNM), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Cadastro da Pessoa Física (CPF), registro e obtenção de certidões de nascimento, certidões consulares, entre outros.

Em seguida vêm os atendimentos relativos a informações processuais (25,5%), ou seja, andamento dos processos de conhecimento e execução penal das mulheres e informações acerca das atualizações de seus casos individuais, bem como verificação da possibilidade de requerer determinados direitos, tais como o indulto (perdão da pena) e as progressões de regime. Nestes casos, na grande maioria das vezes, a partir das demandas trazidas é realizada a mediação das mulheres junto às Defensorias Públicas da União e do Estado, advogados e advogadas, serviços públicos em geral, assim como Consulados e Embaixadas.

Por fim, seguem as demandas relativas às informações sobre processo administrativo de expulsão (15,1%); localização de passaporte (6,9%) - que apesar da Resolução Nº 162 do CNJ de 13/11/2012, por vezes, ainda fica retido nos autos do processo criminal e sem o qual não é possível solicitar o CRNM por cumprimento de pena; auxílio na busca por trabalho (5,1%), através da elaboração de currículos e do encaminhamento para serviços públicos de empregabilidade e parceiros privados; busca por moradia (4,1%), mediação e orientação para acesso a vagas em abrigos municipais; acesso à saúde (4%) e cursos de capacitação (2%).

MARCADORES

DADOS QUANTITATIVOS POR TIPOS DE DEMANDAS DE ATENDIMENTO (2019)



BANCO DE DADOS

Como dito anteriormente, desde 2001 o Projeto Estrangeiras acumula informações a respeito do trabalho realizado com mulheres migrantes em privação de liberdade na cidade de São Paulo. Com o apoio da Sigrid Rausing Trust, em 2018 foi inaugurado o Banco de Dados do projeto, que responde às demandas de sistematização das informações coletadas ao longo dos quase 20 anos de trabalho.

O sistema de registro digital representa uma conquista importante do ITTC e do Projeto Estrangeiras, uma vez que, por meio da sistematização e análise dos questionários aplicados entre os anos de 2004 até o presente, é possível identificar quais as principais características das mulheres migrantes em conflito com a lei atendidas ao longo dos anos. Por meio deste registro também é possível verificar como essas características se alteraram ou não no decorrer do projeto, além de identificar quais são as similaridades e as especificidades das mulheres migrantes em relação às mulheres brasileiras em privação de liberdade.

Além disso, os questionários foram aplicados em unidades prisionais que concentram grande parte das mulheres migrantes em conflito com a lei, tornando nossa amostra bastante representativa. Isso permite que as informações coletadas e compartilhadas sirvam de reflexão para compreender a realidade dessas mulheres não só na cidade ou no estado de São Paulo, mas também no Brasil como um todo, ainda que guardadas as devidas especificidades regionais.

SISTEMATIZAÇÃO

Em 2019, a equipe do banco de dados concentrou suas atividades na alimentação do sistema, criação de categorias para perguntas abertas e ajustes de categorias já existentes, e publicização dos dados através de boletins temáticos. Além de finalizar a inserção dos questionários realizados ao longo dos anos, a equipe também iniciou a inserção dos registros de atendimentos realizados dentro das unidades prisionais no período de 2015 a 2019.

No ano de 2019:

- Foram inseridos 95 questionários no banco, sendo 87 relativos ao ano de 2019 e o restante aplicados nos anos anteriores;
- Foram digitalizados 1.575 questionários, aplicados pelo Projeto Estrangeiras, de modo a facilitar o acesso aos arquivos e garantir a segurança dos registros;
- Foram inseridos 3.074 atendimentos, que são os registros dos encontros da equipe com as mulheres, identificando suas demandas e fornecendo informações sobre o processo, contato com os familiares etc. Do total de atendimentos inseridos, 734 foram realizados só no ano de 2019 e os demais nos anos anteriores de atuação do ITTC;
- Foram publicados quatro boletins a partir dos dados disponíveis no banco com as seguintes temáticas: Perfil da mulheres, Marcadores sociais; Gênero x trabalho e Violência institucional no momento da prisão.

REDES E FORMAÇÕES

Com o objetivo de potencializar e disseminar o conhecimento a respeito de mulheres migrantes em conflito com a lei e garantir a efetivação de direitos deste público, a equipe participou de algumas formações e debates sobre temas pertinentes ao trabalho do ITTC, como a questão do tráfico de pessoas. A equipe também acompanhou o GT Educação nas Prisões, grupo de trabalho composto por ITTC, Ação Educativa, Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Núcleo de Situação Carcerária), Pastoral Carcerária, Conectas, UNIFESP e Coletivo Libertas. Em 2019 as reflexões e atividades do grupo se concentraram na oferta de educação formal nas unidades prisionais e nas possibilidades de remição por meio da educação popular. Redes e Parcerias

O PE e o PME têm atuado cada vez mais coordenados, por meio da fusão das duas equipes, que foi denominada Projeto Mulheres Migrantes (PMM). Um ponto focal do trabalho neste último ano tem sido a articulação política e o diálogo com atores estatais que impactam diretamente na vida das mulheres assistidas, de modo a garantir a efetivação dos direitos da população migrante em conflito com a lei. Foram 24 reuniões com organizações estatais (tanto municipais, quanto estaduais e federais), organizações internacionais e sociedade civil nacional e internacional.

Encontros aconteceram com representantes do Programa Justiça Presente, uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Secretaria Municipal de Política para Migrantes e a Câmara Municipal através do vereador Eduardo Suplicy em um esforço para implementar a Agenda Municipal para Justiça Criminal na cidade de São Paulo. A iniciativa busca garantir um olhar sobre a população migrante no Projeto Piloto.

Outras reuniões ocorreram com atores e parceiros como: a) Defensoria Pública da União em São Paulo; b) Defensoria Pública da União em Guarulhos; c) Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Vara de Execuções Criminais (DPESP- VEC), Núcleo de Situação Carcerária (NESC) e Mães em Cárcere; d) Justiça Federal de Guarulhos (Prorrest e juízes federais); e) Central de Penas e Medidas Alternativas da Justiça Federal (CEPEMA); f) Cruz Vermelha de São Paulo; g) Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Ouvidoria da Secretaria da Justiça; h) Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD); i) Organização Internacional de Migração (OIM); j) escritório de advocacia Mattos Filho; k) Prison Insider (França); l) Dutch and Detained (Países Baixos); m) Instituto Responsa (Brasil); n) Washington Office on Latin America, WOLA (Estados Unidos).

Para além dos atores citados, mantivemos diálogo com representações diplomáticas, parceiros fundamentais para execução do trabalho e efetivação dos direitos das mulheres migrantes em conflito com a lei em São Paulo. Por esse motivo, em 2019, foram realizadas reuniões com embaixadas e consulados de 12 países de cinco continentes diferentes (Ásia, Europa, África, Oceania, Américas).

DIÁLOGO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO DE ENCONTROS (SEMINÁRIOS, AUDIÊNCIA PÚBLICA E FÓRUM)

Um dos principais eixos da atuação do ITTC é o diálogo público. No ano de 2019, integrantes da equipe participaram de 29 eventos - como audiências públicas, seminários, debates, entrevistas, conversas com estudantes e formações - ora como palestrantes e ora como ouvintes.

Foram destaque a participação na audiência pública contra a privatização de presídios no estado de São Paulo organizada na Assembleia Legislativa (ALESP); a entrevista sobre procedimentos de obtenção de documentação brasileira com base no cumprimento de pena para o curso desenvolvido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), direcionado a funcionários da DPU; a participação no encontro de mulheres organizados pela WOLA e Open Society na Colômbia; a presença na formação do CNJ sobre sua nova metodologia de Escritório Social no Espírito Santo; a oferta de formação para o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) e Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) da Vila Mariana.

Destaque na mídia:

- Entrevista concedida ao canal **Observatório do 3º Setor**: https://observatorio3setor.org.br/carrossel/a-desigualdade-racial-e-de-genero-no-sistema-prisional-brasileiro/ ;
- Entrevista a **Reuters**, "Criminal or Victims? Female drug mules trapped as 'legal zombies' in Brazil": https://br.reuters.com/article/idUSKBN1YN00X;
- Entrevista a **Agence France-Presse (AFP)**, "On parole, foreign ex-convicts battle to survive in Brazil": https://www.france24.com/en/20191219-on-parole-foreign-ex-convicts-battle-to-survive-in-brazil

CAFÉ COM MULHERES MIGRANTES

Tradicionalmente, duas vezes por ano, é realizado o Café com as Mulheres. Um momento de confraternização em que são desenvolvidas atividades relacionadas ao acesso a direitos, dinâmicas de grupo e informes, sempre de uma maneira descontraída. Esses eventos acontecem nos meses de junho e dezembro, pois é neste período que recebem-se doações de alimentos e roupas da Cruz Vermelha de São Paulo. Portanto, o evento para além de ser uma oportunidade de convivência e fortalecimento de laços, também propicia a distribuição dos insumos doados.

RODAS DE CONVERSA E OFICINAS

Em abril de 2019 foi realizado o curso Futuro Bordado em parceria com a Fundação Pedro Jorge. Este trabalho já era realizado pela Fundação dentro de unidades prisionais de outros estados brasileiros. Desta vez, com o apoio do ITTC, a atividade foi oferecida a egressas do

sistema prisional na cidade de São Paulo no espaço oferecido pelo SESC 24 Maio. As oficinas de bordado e reciclagem de papel foram desenvolvidas ao longo de dois dias.

Em razão do sucesso do primeiro ciclo de oficinas tanto o ITTC quanto a Fundação Pedro Jorge demonstraram interesse em realizar um segundo ciclo de oficinas, desta vez abarcando tanto mulheres migrantes egressas, quanto mulheres brasileiras e migrantes cumprindo pena no regime semiaberto no Centro de Progressão Penitenciária (CPP) Feminino do Butantã. As oficinas que duraram quatro dias tiveram início em julho de 2019 e se encerraram na primeira semana de agosto do mesmo ano.

Entendendo a importância da educação para direitos e a autonomia econômica das mulheres na efetivação de seus direitos e construção de uma vida digna demos continuidade às oficinas. Desta vez, a equipe do Projeto Mulheres Migrantes (PMM) – que reúne as equipes do PE e do PME, desenvolveu um ciclo de seis oficinas de educação para direitos e artesanato no CPP do Butantã. Os seis encontros mensais aconteceram entre junho e dezembro de 2019. Cada oficina contou com a participação de 10 mulheres migrantes em cumprimento de pena em regime semiaberto. O objetivo foi promover um espaço de atendimento coletivo que qualifique as orientações e informações demandadas por elas. Como o regime semiaberto é um momento de transição, quando as dúvidas sobre a vivência fora da unidade aparecem com mais frequência, pensou-se nesse outro espaço, com uma metodologia dinâmica e lúdica, para que haja uma coletivização das demandas e criação de sociabilidades entre elas. Isso porque as rodas de conversa conjugam a conversa coletiva sobre as temáticas apresentadas e a proposição de atividades manuais. O objetivo da atividade centra-se na reflexão e busca de um entendimento a respeito de questões comuns compartilhadas pelas mulheres sobre essa nova realidade, geralmente relacionadas a aspectos processuais, acesso à documentação para regularização migratória e acesso a serviços e políticas públicas fora da prisão.

LANÇAMENTO DE UMA METODOLOGIA PRÓPRIA SOBRE O ATENDIMENTO DE MULHERES MIGRANTES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Desde a fundação do Projeto Migrantes Egressas houve esforços de sistematização e divulgação dos conhecimentos adquiridos ao longo da execução do projeto e das trocas com as mulheres assistidas. Estes esforços culminaram na produção e publicação de uma metodologia própria, intitulada Caminhos da Liberdade: Orientações para o atendimento a mulheres migrantes em conflito com a lei.

A metodologia é composta por uma introdução geral sobre o PME e a realidade das mulheres migrantes em conflito com a lei no Brasil; propõe formas de realização de atendimento direto através da promoção de uma escuta ativa, acolhedora e que possa gerar encaminhamentos efetivos; elenca as principais demandas das mulheres, acompanhadas de situações exemplificativas sobre as demandas das mulheres (moradia e abrigamento, acompanhamento processual, regularização migratória e documentos relacionados, solicitação de refúgio, expulsão, capacitação, trabalho, saúde, demandas diversas de assistência social e relacionadas às unidades prisionais); bem como apresenta uma síntese de dez recomendações para atuação junto a mulheres migrantes em conflito com a lei.

Este documento é fundamental para a formação e sensibilização de profissionais da área, assim como para ampliação, garantia de políticas públicas para esta população e potencial de atuação para fins de incidência política e advocacy em todo país.

Diagramação: Letícia Vieira e Juliana Avila Gritti
Revisão: Letizia Patriarca
Fotos: Dora Martins

ITTC
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania